

## MEMÓRIAS ESTUDANTIS: INTERPRETANDO O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.

### STUDENT MEMORIES: INTERPRETING THE 1964 CIVIL-MILITARY COUP.

Abel de Jesus Vieira Bernal de Almeida<sup>1</sup>

Orientador: Pere Petit Peñarrocha<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo a identificação das interpretações dos estudantes universitários paraenses do ano de 1964 em relação ao golpe civil-militar ocorrido no mesmo ano. Busca-se alcançar o objetivo a partir da análise das memórias presentes em relatos de quatro lideranças estudantis da época. Os estudantes universitários constituíam um setor dinâmico na resistência à ditadura militar (1964-1985), e suas memórias oferecem contribuições relevantes para a compreensão desse episódio na história republicana, tanto em âmbito local quanto nacional.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado; Ditadura; Estudantes; Memória.

**Abstract:** This article aims to identify the interpretations of Pará university students in 1964 regarding the civil-military coup that occurred that same year. This objective is achieved by analyzing the memories contained in the accounts of four student leaders of the time. University students constituted a dynamic sector of the resistance to the military dictatorship (1964-1985), and their memories offer relevant contributions to understanding this episode in republican history, both locally and nationally.

**Keywords:** Coup d'état; Dictatorship; Students; Memory.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o objetivo de identificar quais foram as interpretações realizadas pelos estudantes universitários paraenses no “calor do momento” durante o golpe civil-militar de março/abril de 1964. Para isso, elencou como objeto o discurso desses sujeitos e, como fontes, os depoimentos concedidos à Doutora Edilza Joana Oliveira Fontes<sup>3</sup> no projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)” realizado entre os anos de 2013 e 2014.

Encara-se o presente trabalho como localizado no campo historiográfico da História do Tempo Presente, pois “o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser sua” (Arend e Macedo, 2009, p. 202). Do ponto de vista metodológico, transformamos os relatos dos estudantes em fontes históricas a partir das considerações de Alberti (2005), Mattos e Senna (2011) e trata das complexidades

<sup>1</sup> Graduando em licenciatura na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. E-mail: bernalabel1@gmail.com

<sup>2</sup> Docente titular da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. E-mail: petitpere@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente titular da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

da formação da memória individual e coletiva baseada nas contribuições de Pollak (1992). Considera-se a memória desses sujeitos um acervo fundamental para compreender a história do século XX em âmbito regional e nacional, assim como necessárias para jogar luz sobre a fragilidade da cultura democrática brasileira diante de constantes ameaças golpistas ao Estado Democrático de Direito inaugurado com a Constituição Federal de 1988.

O artigo é composto por quatro seções. A primeira, “O golpe civil-militar de 1964”, busca responder como ocorreu a ruptura institucional no Pará e no Brasil. A segunda, “Algumas interpretações científicas do golpe civil-militar”, traz um panorama de importantes interpretações no campo das ciências sociais e história sobre as motivações e significados do golpe civil-militar. A terceira, intitula-se “Quais interpretações dos estudantes universitários do Pará fizeram do afastamento inconstitucional de João Goulart do poder?” é destinada à interpretação das fontes. Por último, conclui-se com considerações sobre as possíveis contribuições dessa pesquisa para a historiografia e o debate público.

## **O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

O afastamento forçado do 24<sup>a</sup> presidente do Brasil, João Belchior Marques Goulart<sup>4</sup>, no dia 1<sup>o</sup> Abril de 1964, pôs fim às mudanças em curso no país. Jango, como era conhecido o presidente, governava o Brasil em uma conjuntura de muita instabilidade política<sup>5</sup>. Eleito como vice-presidente de Jânio Quadros em 1960, ele se torna chefe do executivo federal após a renúncia do presidente em agosto de 1961<sup>6</sup>.

Entre os anos de 1961 e 1964, Jango lutou contra uma ofensiva conservadora<sup>7</sup>, que o derrotou em abril de 1964. Devido à sua agenda reformista e seu diálogo com setores progressistas da sociedade, o gaúcho não tinha um perfil aceitável para setores hegemônicos da classe dominante nacional e internacional.<sup>8</sup> Segundo Netto (2014, p. 56):

O giro à esquerda de Jango consistiu, entre janeiro e março de 1964, em identificar-se claramente com as demandas das reformas de base tais como os movimentos organizados de trabalhadores e estudantes (o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE), a esquerda parlamentar (o PTB, com a estrela ascendente de Brizola, e representantes de outros partidos) e extraparlamentar (o PCB) as propunham, bem como os meios que apontavam para implementá-las.

---

<sup>4</sup> Gaúcho e membro do Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>5</sup> Para José Paulo Netto: “A instituição republicana brasileira, que vem de 1889 (a mais tardia das Américas), foi marcada historicamente pela instabilidade” (2014, p. 23).

<sup>6</sup> “O sistema eleitoral brasileiro permitia a eleição de titular e vice de chapas diferentes, portanto com projetos políticos distintos, o que eclodiu após a renúncia de Quadros, em agosto de 1961” (Motta, 2021, p. 24).

<sup>7</sup> A composição e ações desses grupos são detalhadamente estudadas por René Dreifuss (1981).

<sup>8</sup> No âmbito global, a sociedade passava pela disputa entre EUA e URSS, a chamada Guerra Fria (Hobsbawm, 1994, p. 178-201)

Como reação à movimentação de Jango, a classe dominante prepara o golpe civil-militar. Profundamente marcada por um pensamento conservador, agentes políticos e empresariais viam com receio qualquer tentativa de democratizar o país e chamavam de “comunização” o processo encabeçado por Jango. Segundo Netto (2014, p. 56)

Este giro não fez mais que agudizar a polarização ideológica entre esquerda e direita. E permitiu a esta, com o aparato de comunicação de que dispunha, identificar o governo com o que chamava de “processo de comunização do Brasil”. A retórica moralista da direita (que caracterizava o governo como “corrupto”) acompanhou-se de uma pretensa defesa da “democracia” frente ao “perigo vermelho” que estaria ameaçando “subverter” a sociedade brasileira e seus “valores cristãos e ocidentais” (que, naturalmente, incluíam, além da religião e da família, a santíssima propriedade privada).

Em março de 1964, os ânimos se acirram e ganham as ruas. A convite do movimento sindical, o presidente participa de uma manifestação, que ficou conhecida como o *Comício das Reformas*, no dia 13 de abril na cidade do Rio de Janeiro, e profere um discurso para 200-300 mil pessoas<sup>9</sup>. Jango sobe o tom e indica que irá intensificar a implementação das reformas de base; com isso, anima os setores progressistas e causa um gigantesco receio entre os conspiradores. Em resposta, a direita vai às ruas e realiza uma manifestação ainda maior, com 500 mil pessoas em São Paulo, conhecida como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.

Segundo Gaspari (2002, p. 49), havia faixas com dizeres ameaçadores como “ta na hora de Jango ir embora”, uma explícita incitação à retirada do presidente do cargo. No dia 30 de março, Jango dá um passo inadmissível para os conspiradores golpistas: participa de evento da Associação de Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar no Rio de Janeiro e produz o seguinte discurso:

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da nação, libertando-os da penúria e da ignorância (Netto, 2014, p. 61).

No dia 31 de março, precipitando o golpe, o general Olímpio Mourão Filho<sup>10</sup> coloca as tropas mineiras nas ruas rumo ao Rio de Janeiro para depor o 24º presidente da República. No dia 1º, os setores democráticos (ou legalistas, como se autodenominavam) constroem uma resistência mas não à altura do desafio, e no dia 2, Jango já não é mais presidente e o Brasil deixava de ser uma democracia. Segundo José Paulo Netto (2014, p. 62):

---

<sup>9</sup> (Motta, 2021, p. 31).

<sup>10</sup> Comandante da IV Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria.

Do ponto de vista militar, ao fim do dia 1º de abril a situação estava definida: não havia suficientes forças armadas fiéis à legalidade democrática dispostas a sair na defesa das instituições — a ação dos golpistas, precipitada em Minas Gerais por Carlos Luiz Guedes e Mourão Filho, embora atabalhoada, reveladora de traições oportunistas e velhas disputas de caserna, foi exitosa. Do ponto de vista político-institucional, o golpe se consumou na madrugada de 2 de abril: violando todas as normas constitucionais (uma vez que o presidente da República estava no território nacional e não renunciara), o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância da Presidência da República e o lugar de Jango foi usurpado por Ranieri Mazzili (a mesma figura que, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, os golpistas militares quiseram fazer “presidente”). O ato violador foi imediatamente aprovado pelo embaixador Lincoln Gordon e, oficialmente, por mensagem do presidente Lyndon B. Johnson, na qual o governo de Washington cumprimentava Mazzili por assumir a Presidência.

No estado do Pará, assim como em nível nacional, o clima era de tensão e conflito. Ainda no dia 30, um conjunto de ativistas radicais (jovens pertencentes à classe dominante local), junto a policiais militares, invadem o 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (I SLARDS) e, aos berros, tentam impedir a realização do evento. Pedro Galvão<sup>11</sup> comenta:

Lembro-me do episódio ocorrido no dia 30 de março de 1964. Nós estávamos ali, eu na presidência da UAP, nós estávamos na sessão de abertura do 1º Seminário Latino Americano sobre Reforma Universitária. A sessão de abertura foi realizada ali no auditório da Faculdade de Odontologia e fica na praça Batista Campos, onde o prédio acaba de ser vendido ao Bradesco. Naquela época nós fizemos a abertura desse primeiro seminário. Inclusive tinha estudantes de toda a América Latina, fizemos a abertura e depois a sala foi invadida por estudantes com lenços brancos no pescoço numa ação que, mais tarde viemos a saber poderia ter gerado derramamento de sangue, se não tivéssemos conduzido com habilidade a situação. Eles entraram e se estabeleceu uma briga entre plateia e as pessoas que estavam invadindo, eram filhos de fazendeiros, outras pessoas da burguesia e estabeleceu uma briga e a certa altura eu propus que eles teriam direito de falar (Galvão, 2004, p. 27)

Percebendo o cerco golpista se fechando a União Acadêmica Paraense<sup>12</sup> lança uma nota no jornal Folha Vespertina<sup>13</sup> condenando as movimentações civis-militares em prol da retirada do presidente eleito democraticamente:

A União dos Estudantes Paraense cumprindo decisão de seu congresso extraordinário ontem realizado. Considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do presidente da República e atendendo a orientação da União Nacional dos Estudantes. Resolve: Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo esquema golpista que ameaça o Brasil; 2- Conclamar todos os oficiais, sargentos, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do presidente da República que encarna neste momento os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro. (Folha Vespertina *apud* Fontes, p.350, 2014)

<sup>11</sup> Discente de Direito e dirigente do movimento estudantil nos anos de 1964.

<sup>12</sup> Principal entidade estudantil do estado do Pará.

<sup>13</sup> Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964 (Fontes, 2014, p. 350)

Encaminhando as decisões comunicadas na nota e seguindo orientações da União Nacional dos Estudantes<sup>14</sup>, a União Acadêmica Paraense inicia uma *Vigília cívica pela Democracia* no dia 1º. A sede da entidade vira ponto de encontro de estudantes universitários e secundaristas para, através de alto-falantes, ouvirem a programação da *rede da legalidade*, encabeçada por Leonel Brizola e reproduzida por uma rádio gaúcha. Segundo Petit e Cuéllar (2012, p. 176):

No dia 1º de abril as aulas foram suspensas pelas autoridades, e muitos estudantes universitários e secundaristas se concentraram na sede da UAP, acompanhando a Vigília Cívica pela Democracia convocada pela UAP na sua sede na avenida São Jerônimo (hoje José Malcher). Lá, por meio de um alto-falante, irradiavam hinos patrióticos, canções libertárias e notícias das rádios legalistas, sobretudo do Rio Grande do Sul, estado no qual Leonel Brizola, como fizeram 1961, tentava organizar a defesa da legalidade e a permanência de João Goulart na Presidência da República.

Intensificando a escalada golpista no Pará, um grupo de militares liderados pelo coronel “Peixa-Agulha” - como era conhecido o coronel José Lopes de Oliveira -, a mando de Jarbas Passarinho, invadem a sede<sup>15</sup> da UAP no início da noite, agredem os estudantes e depredam o prédio. Assim como a sede da entidade paraense, a sede da UNE, localizada no Rio de Janeiro, também foi atacada. Na madrugada entre o dia 31 para o dia 1º de abril o prédio foi covardemente metralhado e incendiado pelos golpistas, fazendo com que os estudantes presentes corressem risco de vida.<sup>16</sup>

### Fotografia 1 - Sede da UNE incendiada e alvejada por tiros



<sup>14</sup> Segundo (Fontes e Alves, 2013, p. 275): “As lideranças estudantis de imediato convocaram uma greve, aceitando o decreto nacional lançado pela UNE em defesa das liberdades individuais.”

<sup>15</sup> Localizada na avenida São Jerônimo, atualmente avenida Governador José Malcher.

<sup>16</sup> Sobre a destruição das sedes das entidades (Cunha e Silveira, 2008, p. 6) afirmam: “As narrativas [dos vencidos] mostram essa relação de destruição material dos espaços, revelando a demonstração de poder como injeção da ordem. O golpe se efetivava pela imposição de força por parte dos militares golpistas. Uma “paisagem do medo” era por eles criada para tentar impedir uma suposta “revolução” que seria realizada pelas esquerdas, com o argumento de que o golpe serviria para manter a ordem democrática.

Fonte fotografia 1: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>

Legenda fotografia 1: imagem em preto e branco mostrando um prédio em ruínas, danificado por um incêndio e tiros. Em algumas paredes do prédio há frases com as palavras “basta” e “estudantes” e outras que estão ilegíveis. Na lateral esquerda, há um poste com a sigla “UNE” pintada em cor clara, provavelmente branco ou amarelo.

### Fotografia 2 - Sede da UAP destruída.



Fonte fotografia 2: Cunha e Silveira (2009)

Legenda fotografia 2: imagem em preto e branco mostrando um dos compartimentos da sede com aparelhos eletrônicos quebrados, aparentemente um rádio.

Logo após esse ataque aos estudantes, os golpistas ganham terreno no poder institucional quando o governador Aurélio do Carmo<sup>17</sup> e seu vice Newton Miranda<sup>18</sup>, subscrevem, junto a Jarbas Passarinho<sup>19</sup> e Orlando Ramagem<sup>20</sup>, um manifesto denominado pelos autores de *Manifesto ao povo do Pará*<sup>21</sup>, a partir do qual aderiram ao movimento acelerado pelas tropas em Minas Gerais (Petit, 2016, p. 27). No dia 9 de junho, governador e vice, assim como o prefeito da capital e seu vice, Moura Carvalho e Isac Soares, respectivamente, tiveram seus mandatos cassados. Anos mais tarde, Jarbas Passarinho assume que a mudança das lideranças já estava decidida antes de qualquer investigação, isto é, segundo Pere Petit e Jaime Cuéllar (2012, p. 182-183):

Em 9 de junho de 1964, o governador e vice-governador do Pará, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente, e o prefeito e vice-prefeito de Belém, Moura Carvalho e Isaac Soares, tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por um período de dez anos. [...] No seu livro *A Planície*, Jarbas Passarinho afirma que a cassação desses mandatos foi decorrente da apuração das denúncias de corrupção feitas contra os acusados. Contudo, como ele mesmo relata, a deposição dos principais responsáveis pelo governo estadual e pela prefeitura de

<sup>17</sup> Membro do Partido Social Democrático.

<sup>18</sup> Membro do Partido Social Democrático.

<sup>19</sup> Tenente-Coronel e um dos principais articuladores do golpe no Pará.

<sup>20</sup> General e chefe do Comando Militar da Amazônia.

<sup>21</sup> Manifesto divulgado no dia 2 de abril no jornal local *Folha do Norte* (PETIT, 2016, p. 28).

Belém foi uma decisão tomada pela cúpula das Forças Armadas antes de serem iniciados os trabalhos da CIS (Passarinho, 1990: 110-111)<sup>22</sup>.

Em menos de 90 dias após a deposição inconstitucional de João Goulart, no Pará, o poder foi tomado pelos militares. No mês de junho, os poderes legislativos estadual e municipal, sob forte controle dos militares golpistas, elegem Jarbas Passarinho para o Governo do Estado e Alacid Nunes para Prefeito de Belém (Petit e Cuéllar, 2012, p. 183-184). A tomada de poder estava consolidada.

### **ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

A historiografia brasileira busca interpretar a tomada de poder pelos golpistas de 1964 e a ditadura por eles construída, de maneira significativa, somente a partir dos anos 1980 (Fico, 2004, p. 41). O objetivo do presente trabalho não é identificar como os historiadores e cientistas sociais interpretam esse momento histórico. Entretanto, avaliamos que percorrer um breve panorama de importantes interpretações realizadas por eles contribui para o leitor localizar e refletir as diferenças e semelhanças entre historiografia e memória, uma vez que essas produções podem ter influenciado nos relatos que escolhemos como fontes, já que três dos entrevistados têm formação acadêmica em Direito (uma ciência social aplicada).

A ditadura militar brasileira, inaugurada com um golpe civil-militar em 31 de março a 2 de abril de 1964, foi um momento da história política nacional republicana de profunda restrição aos direitos políticos e individuais, e marcado por profunda violência<sup>23</sup>. Feito para atender os interesses econômicos e político da classe dominante (Dreifuss, 1989) o Estado ditatorial, não sem resistência, violou sistematicamente os Direitos Humanos, atingindo profundamente a qualidade de vida da classe trabalhadora no Pará<sup>24</sup> e no Brasil.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> A CIS, sigla para Comissão de Investigação Sumária, foi formada por oficiais da Marinha, Exército e Força Aérea.

<sup>23</sup> Gorender esclarece: “A violência não é um fenômeno extraordinário na sociedade burguesa. Faz parte do cotidiano. Nas situações de pretensa normalidade democrática, quando a hegemonia burguesa parece alcançar consenso generalizado, as classes subordinadas e exploradas podem até não ter a percepção dessa violência, porque ela se dilui, se manifesta somente em episódios eventuais, se conserva latente como ameaça. Mas ainda assim existe, pois sem o exercício do poder coercitivo não existiria o Estado burguês” (Gorender, 2014, p. 258).

<sup>24</sup> “Desde 2014, a CEV Pará, mesmo sem a estrutura e recursos previstos na lei de criação da comissão, realizou dezenas de entrevistas, gravações e tomadas de depoimentos, que se materializam no presente relatório. Esperamos que este resgate histórico possa expressar o que foram os anos de chumbo, as repressões, as violações, as lutas e desafios vividos por centenas de cidadãs e cidadãos em nosso estado, e que as recomendações ao final do relatório contribuam efetivamente para a revelação das tragédias instauradas pela ditadura militar e para possíveis caminhos de reparação e efetivação de justiça às vítimas e ao povo paraense” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ, 2023, p. 53)

<sup>25</sup>“1. O período histórico a que se refere o mandato conferido à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o período da ditadura militar instalada em 1964, esteve associado a um quadro de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos, em que os opositores políticos do regime – e todos aqueles que de alguma forma eram percebidos por este como seus inimigos – foram perseguidos de diferentes maneiras. Os exemplos são muitos: cassação de mandatos eletivos e de cargos públicos, censura e outras restrições à liberdade de comunicação e

Há autores que caracterizam o golpe e a ditadura de maneira diversa, de acordo com o peso dos agentes sociais no processo. No presente trabalho, se encara o golpe como “civil-militar” e não “militar”, indo na confluência de interpretações como René Dreifuss (1981), Carlos Fico (2013), José Paulo Netto (2014), Pere Petit (2016) e discordando da caracterização feita por Rodrigo Patto Sá Motta (2021), Daniel Aarão Reis (Reis *apud* Fico, 2013) e Theotônio dos Santos (2021). A inclusão do adjetivo “civil”, ao caracterizar o golpe de 1964, é recente na historiografia e decorre de interpretações que atribuem a setores da sociedade civil (na grande maioria comerciantes, banqueiros, empresários da comunicação e líderes religiosos) um papel decisivo na deflagração e sucesso do movimento golpista.

Sobre essa caracterização, Petit (2016, p. 25) afirma:

Existe pouca polarização entre a maioria dos pesquisadores em definir o golpe de 1964 como civil-militar, como afirma o historiador Carlos Fico: “Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi civil-militar por que os civis deram o golpe também” (2013:469). Certamente, por mais que seja inegável o protagonismo da cúpula das Forças Armadas, sobretudo do Exército, no golpe e na consolidação do novo regime, a fácil vitória dos militares golpistas seria impensável sem a participação de setores da sociedade civil liderados por alguns governadores, parlamentares, empresários, fazendeiros e, entre outras pessoas e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e meios de comunicação de massas, que lutaram durante anos, sobretudo a partir de 1963, contra os reformistas-populistas e a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sem desmerecer a importante colaboração econômica, militar e ideológico-cultural do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da revolução cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo.

E segue:

As principais divergências entre os estudiosos do golpe e a ditadura no Brasil se centram: a) nas análises a respeito das causas sociais, econômicas, político-ideológicas e/ou geopolíticas que provocaram o afastamento de João Goulart da Presidência da República; b) na caracterização das fases, especialmente políticas, nas quais se pretende subdividir os diferentes governos militares até 1985; c) na definição do regime que se instaurou no país a partir de abril de 1964 (Petit, 2016, p. 25)

Sobre as causas do Golpe, o historiador Sá Motta (2021, p. 55) aponta em um capítulo específico<sup>26</sup> que o principal motivo do Golpe de Estado foi político. Segundo ele, “As dificuldades econômicas, porém, foram mais o plano de fundo que o motivo central da queda

---

expressão, punições relativas ao exercício da atividade profissional (transferências, perda de comissões, afastamento, demissões) e exclusão de instituições de ensino” (Brasil, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 278).

<sup>26</sup> No capítulo *Sobre as razões e motivações dos golpistas*, Motta, apresenta um panorama das principais motivações dos diferentes grupos golpistas segundo os próprios golpistas e pesquisadores acadêmicos, jornalistas e líderes políticos (p. 48-71)

de Goulart [...] o principal objetivo era retirar do poder um presidente considerado inconveniente na visão dos grupos sociais dominantes”.

Por outro lado, para Netto (2014, p. 70), o golpe “*significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substancialmente a sociedade brasileira*”; e para Gorender (2014, p. 75) o golpe teve um caráter preventivo. Segundo ele, o evento representou

O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (Gorender, 2014, p. 75).

Longe de tentar dar conta das diversas interpretações das ciências sociais sobre o afastamento de Goulart, se evidenciou as interpretações dos autores acima citados devido à sua influência no debate sobre o tema em âmbito regional e nacional. Além disso, brevemente, a abordagem buscou elucidar os pressupostos conceituais que orientam a escolha pela denominação adotada neste trabalho, bem como o contexto de definições controversas que podem afetar as percepções dos entrevistados.

## **QUAIS INTERPRETAÇÕES OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO PARÁ FIZERAM DO AFASTAMENTO INCONSTITUCIONAL DE JOÃO GOULART DO PODER?**

Os estudantes paraenses tiveram visões diferentes em relação ao afastamento, alguns encararam com um ataque à democracia (um olhar negativo) ou uma revolução (um olhar positivo). Neste trabalho se escolheu identificar, como uma forma de analisar da memória dos que foram perseguidos, reprimidos e por vezes esquecidos<sup>27</sup>, a visão dos que se colocaram contra o afastamento de Goulart. Na busca de um resultado adicional à historiografia paraense, ou seja, uma contribuição inédita, optou-se por fontes orais produzidas a partir do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)” coordenado pela professora Doutora Edilza Joana Oliveira Fontes.

<sup>27</sup> Para Sá Motta (2021, p. 9): “A sombra do golpe e da subsequente ditadura militar tem ocupado lugar significativo no cenário político brasileiro desde a redemocratização. A democracia que se tentou construir nos anos 1980, cujo marco principal é a Constituição de 1988, em teoria deveria ter buscado a superação da ditadura militar. No entanto, os grupos que dirigiram a transição democrática evitaram enfrentar o passado autoritário. Muito pelo contrário, tentaram esquecê-lo. E essa política de esquecimento contribuiu para deixar o tema em segundo plano no debate público, o que não favoreceu a consolidação de valores democráticos na sociedade”. A interpretação do historiador se confirma com a tentativa de Golpe de Estado coordenada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) que se intensificou após a divulgação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022. <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-recebe-denuncia-contranucleo-1-por-tentativa-de-golpe-de-estado/>

O projeto colheu, entre os anos 2013 e 2014, depoimentos de pessoas que foram professores(as) e/ou discentes da UFPA durante o período dos anos 1960 à década de 1980. Ao todo, foram coletados e armazenados no acervo do Memorial Cesár Moraes Leite e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará<sup>28</sup> o total de 52 depoimentos. Esses relatos são elementares para o propósito dessa pesquisa, pois, segundo a Verena Alberti (2005, p. 168):

Em um artigo intitulado “Reflexões sobre a teoria das fontes”, o historiador alemão Peter Hüttenberger sugere dividir os vestígios do passado em dois grupos: os *resíduos de ação* e os *relatos de ação*. [...] Mas Hüttenberger acrescenta à sua classificação uma observação importante: um relato de ação é também resíduo de uma ação.

Dessa forma, busca-se (re)interpretar as memórias dos estudantes dessa época a partir dos seus próprios relatos orais. Os critérios para a seleção das entrevistas se baseiam em duas questões: quais jovens eram estudantes universitários antes, durante e depois do Golpe e quais tinham mais influência entre a comunidade estudantil. Para Mattos e Senna (2011, p. 96):

Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. Para Maurice Halbwachs (2004: 85), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Portanto, objetiva-se, a partir dos relatos dos ex-estudantes, uma visão do grupo que compunham até então, ou seja, a interpretação das lideranças do movimento estudantil em Belém acerca dos fatos conjunturais envolvendo o afastamento do Presidente.

Com base nesses critérios e a partir das fontes orais disponíveis, selecionou-se os depoimentos de quatro ex-estudantes: João de Jesus Paes Loureiro, José da Silva Seráfico de Assis Carvalho, Pedro Cruz Galvão de Lima e Ruy Antonio Barata. A escolha de analisar estes depoimentos se deu em razão dos quatro sujeitos serem lideranças estudantis à época dos fatos. Outras pessoas não tiveram seus depoimentos analisados por que, embora tenham se tornado influentes no movimento estudantil nos anos seguintes, não eram estudantes no período aqui analisado, fugindo, assim, ao perfil pretendido na pesquisa, cujo propósito é identificar como o movimento estudantil universitário paraense interpretou a ruptura institucional produzida em 1964.

---

<sup>28</sup> <https://www.memorialcesarleite.com.br/depoimentos> e <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/2011/336>

Do ponto de vista metodológico, ancoramos o trabalho no seguinte apontamento feito por Verena Alberti (2005, p.185-186. Grifo da autora)

É importante lembrar também que as palavras empregadas pelo entrevistado são importantes para a interpretação de sua narrativa. A escolha de determinadas palavras e formas de se expressar informa sobre a visão de mundo e o campo de possibilidades aberto àquele indivíduo, em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio etc. Se ele escolhe determinadas palavras, e não outras, é porque é daquela forma que ele percebe o sentido dos acontecimentos ou das situações sobre os quais está falando. Por isso não cabe acrescentar novas palavras, ou substituir as que são usadas por sinônimos. Ao interpretar uma entrevista, convém ser **fiel à lógica e às escolhas do entrevistado**.

Além desse método de trabalho, para buscar alcançar o objetivo, o foco se deu estritamente no conteúdo das falas dos depoentes, deixando-se de lado suas expressões faciais, gestuais, tonalidade de voz, pausas e hesitações e outras expressões, aspectos possíveis de serem interpretados ao utilizar-se fontes orais (Lozano, 2006).

O primeiro depoimento analisado é de João de Jesus Paes Loureiro. Hoje professor aposentado da UFPA, João nasceu no dia 23 de junho de 1939 em Abaetetuba (PA). Filho de Pedro Maués Loureiro e Antonieta Paes Loureiro, desde criança se interessou pela leitura e escrita. Iniciando a educação escolar em sua cidade natal, deu sequência aos estudos em Belém no Colégio do Carmo. Na época do golpe civil-militar, João era estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, membro da União Acadêmica Paraense, do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes e poeta. Segundo o próprio depoente, foi preso mais ou menos oito vezes pelos ditadores e chegou a ser interrogado por Alacid Nunes, que mais tarde tornou-se Governador do Estado. Em um desses momentos, foi encarcerado na 5ª Companhia de Guarda do Exército, onde atualmente funciona a Casa das Onze Janelas em Belém (Costa, 2023, p. 85).

Em entrevista concedida no dia 12 de setembro de 2013 à pesquisadora Dra. Edilza Fontes, o poeta relata sua atuação militante, o impacto da ditadura em sua vida, os desafios de se viver uma ditadura - muitas vezes de dentro de cárceres – e até a tentativa de esquecer a experiência traumática produzida pelas violências dos golpistas. A entrevista foi registrada em cinco vídeos, totalizando 61 minutos e 38 segundos. Vamos ao relato que nos possibilita identificar sua visão sobre o afastamento de Jango.

João de Jesus Paes Loureiro, ao contar sobre o episódio da invasão da UAP e fazer uma retrospectiva sobre a sensação daquela época, nos oferece pistas importantes. No segundo vídeo, na minutagem 13 minutos e 10 segundos, ele diz: “Depois da UAP, nós

percebemos que a situação estava pesada”<sup>29</sup>; portanto, entendendo o adjetivo *pesada* como uma sensação de tensão, medo e incerteza, ele nos traz o “clima do momento”.

Em outro momento, na minutagem 6 minutos e 42 segundos do terceiro vídeo, enquanto relata uma de suas prisões e a extrema coerção que sofreu, ele diz: “A gente olhando de fora parece uma coisa pitoresca, mas no momento é uma coisa desesperadora, porque você se sente ameaçado a cada momento”<sup>30</sup>. Aqui ele caracteriza o momento como “desesperador” e ameaçador, o que demonstra, mais uma vez, como as ações autoritárias do regime fustigavam sentimentos aterradores, sobretudo naqueles que o contestavam.

O segundo depoimento analisado é o de José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Hoje professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas, José nasceu em Belém no dia 23 de abril de 1942. Filho de Oneide Seráfico de Assis Carvalho com João Seráfico de Assis Carvalho, morou em Belém, no bairro do Marco e Umarizal, e, no momento do depoimento, residia há 48 anos na cidade de Manaus (AM). Tendo cursado a educação básica na Escola Estadual Paes de Carvalho, à época do golpe José era estudante de Direito na UFPA, membro da União Acadêmica Paraense e responsável pelo jornal da entidade, O Tabloide da UAP. José estava na sede da entidade quando foi invadida e depredada no dia 1º de abril de 1964 pelos militares golpistas e foi preso no dia 7 de abril na 5ª Companhia de Guarda do Exército. No relato, ele conta como foi a luta dos estudantes paraenses contra o golpe, como a Ditadura modificou a sua vida pessoal-profissional e política, afetando também a vida de seus amigos. Ao todo, a entrevista, dividida em seis vídeos, têm duração de 56 minutos e 44 segundos. Vamos ao relato que nos possibilita identificar sua visão sobre o afastamento de Jango. No quarto vídeo, logo nos primeiros segundos, o ex-aluno, respondendo à questão “Como é que foi o golpe em Belém, foi pego todo mundo de surpresa? Vocês acreditavam que poderia ter um golpe?”, disse:

De surpresa... nós PCB, mas creio que também a AP<sup>31</sup>, a POLOP<sup>32</sup> que eram os mais ativos à época, nós acreditávamos tanto quanto os ministros de João Goulart que o dispositivo militar do João Goulart teria condições de brechar o golpe. Essa é minha sensação, todos nós acreditavam nessa possibilidade. Nós acreditávamos que aquilo que dizia o general Assis Brasil, de que o dispositivo militar estava seguro, que era uma verdade.<sup>33</sup>

<sup>29</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 38 seg). Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>30</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 38 seg). Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>31</sup> Ação Popular.

<sup>32</sup> Organização Revolucionária Marxista - Política Operária.

<sup>33</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com

A partir desse recorte, percebe-se que, na sua visão, o golpe era algo improvável; que os golpistas poderiam tentar e isso era possível, estava no horizonte, mas prevalecia a crença de que o dispositivo militar do Presidente teria força para impedi-los. Em outro trecho do quarto vídeo, na minutagem 1 minuto e 30 segundos, ao responder “Quando foi o golpe? Como o senhor soube?” ele afirma:

Nós soubemos do golpe exatamente na hora que... bom... o primeiro de que o golpe estava dado, pra nós, foi quando fomos a residência do general Orlando Ramagem, que era o comandante militar da região; fomos eu, Pedro Galvão, Sá Pereira, Mariano, Isidoro e outros que tete. Já não me lembro, ouvimos dele negaças, ouvimos dele desvios e conversa pra cercar Lourenço, não nos disse nada. Aí nós sentimos, isso não é de quem está acreditando na resistência, isso é de quem já embarcou no golpe. E aí nós sentimos, é... digamos assim, perdidos no deserto e voltamos pra União Acadêmica.<sup>34</sup>

A partir desse trecho nota-se, principalmente pela expressão “perdidos no deserto” a incapacidade de prever as movimentações dos golpistas e, mais ainda, de resistir a ela. O general Orlando Ramagem, que ocupava posto central na estrutura militar regional, aparentemente era, para José Seráfico, um dos agentes políticos que poderiam não aderir ao golpe de maneira imediata e, portanto, sua adesão significava a consumação do golpe.

O terceiro depoimento analisado é de Pedro Cruz Galvão de Lima, que nasceu na capital paraense no dia 28 de março de 1940. Interessado em política por influência paterna, o depoente se engajou na prática política somente no ensino clássico cursado na Escola Estadual Paes de Carvalho e depois, de forma mais incisiva, no curso de graduação, a partir da construção das atividades do Diretório Acadêmico de Direito.<sup>35</sup> Pedro foi presidente da União Acadêmica Paraense durante o golpe, chegou a presidir a abertura do SLARDES e participar do Comício de 13 de março no Rio de Janeiro, junto a diretores da UNE; presenciou a invasão da UAP no dia 1º de abril e, poucos dias após, foi preso por dois meses na 5ª Companhia de Guarda do Exército.

No relato, Pedro conta sua atuação política, sua visão sobre o golpe e a ditadura e os impactos da ditadura na vida universitária e do país. A entrevista foi registrada em quatro vídeos, os quais totalizam 54 minutos e 15 segundos. Vamos ao relato que nos possibilita identificar sua visão sobre o afastamento de João Goulart.

---

José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo. (46min e 44seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1334>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo. (46min e 44seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1334>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>35</sup> No relato, ele informa que foi impactado pela Revolução Cubana.

Aos 50 segundos do segundo vídeo, a professora Edilza Fontes indaga: “Pedro, vocês não acreditavam na possibilidade de um golpe, então?” e o ex-líder estudantil responde:

Olha, assim como hoje em dia, naquela época, veja bem, a comparação que eu faço é a seguinte, nós estávamos há 19 anos do fim da Ditadura Vargas. Quantos anos nós já estamos hoje do fim da ditadura em 1985? De 1985, para cá, são 15, 25, 28 anos. Ou seja, nós estamos muito mais distantes do que nós estávamos. Nós não fazíamos a menor ideia do que era uma ditadura, em primeiro lugar. [E nem acreditavam na possibilidade do golpe?] Não, não nos passava pela cabeça. E nem sabíamos o que significava isso. Não fazíamos ideia do que era um golpe de direita, não fazíamos ideia o que era um... um... regime militar, sobretudo uma ditadura militar. Nós não tínhamos passado ainda a experiência da ditadura militar. O que era a ditadura Getúlio Vargas? Não era uma ditadura militar. Evidentemente, havia uma composição militar dentro da Era do Vargas, mas ele era uma liderança civil. Ele era um ditador civil, como foram outros ditadores daquela época na América Latina. Nós não fazíamos ideia e fomos surpreendidos por isso. Nós não sabíamos.<sup>36</sup>

Na resposta, Pedro diz, “Não fazíamos a menor ideia do que era uma ditadura, em primeiro lugar”<sup>37</sup>, informando o total desconhecimento de como se instala uma ditadura e dos impactos de um regime autoritário para sociedade. Em outro trecho, “Não, não nos passava pela cabeça. E nem sabíamos o significado disso”, ele expressa que, na sua visão, o golpe era extremamente improvável, tanto que nem o cogitavam e foram “surpreendidos”.

O quarto e último depoimento analisado é de Ruy Antonio Barata. O ex-estudante foi o terceiro filho de Ruy Guilherme Paranatinga Barata com Norma Soares Baratas e nasceu na cidade de Óbidos, interior do Pará, no dia 7 de setembro de 1944. Ruy realizou sua educação inicial no Colégio Ipiranga, no Colégio Suíço Brasileiro e finalmente no Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré. Apesar de não ter nenhuma atuação política como estudante secundarista, Ruy conta que respirava política na sua casa devido à atuação de seu pai e avô.<sup>38</sup> No momento do golpe civil-militar, era estudante da Faculdade de Medicina da UFPA e envolvido nas atividades desenvolvidas pelo Diretório de Medicina e pela UAP.

No relato, Ruy conta como o golpe mudou a sua vida e impactou fortemente a vida de sua família; como os ditadores perseguiram as lideranças da cidade, incluindo seu próprio pai; quais eram os desafios acadêmicos-profissionais dos estudantes na época, bem como as suas formas de luta para defender a democracia e melhorias para a Faculdade de Medicina da

<sup>36</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Pedro Cruz Galvão de Lima. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (54min e 15seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278>>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

<sup>37</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Pedro Cruz Galvão de Lima. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (54min e 15seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278>>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

<sup>38</sup> Ruy Guilherme Paranatinga Barata e Alarico de Barros Barata, respectivamente, foram influentes agentes na cena política regional.

UFPA. Relatou ainda as vezes em que foi encarcerado e sua vivência na prisão. A entrevista do médico se divide em seis partes e totaliza 74 minutos e 46 segundos. Vamos ao relato que nos possibilita identificar sua visão sobre o afastamento de Jango.

No terceiro vídeo, nos segundos iniciais, a pesquisadora indaga “Quando tem o golpe, o que muda na sua vida, na sua casa?”, e Ruy responde: “Na minha casa, do ponto de vista emocional, foi um desastre”<sup>39</sup>. Com essa fala, o depoente deixa explícito os efeitos profundos do golpe em sua trajetória pessoal e sua percepção negativa sobre o afastamento de Goulart. Mais adiante, aos 3 minutos e 50 segundos, ele retoma o tema, reforçando esse impacto sobre sua vida:

Eu estava no meio daquela bagunça toda... revoltado... choroso... procurando fazer alguma coisa para isso. Essa foi uma das alavancas para minha mobilização política. A partir dali eu começo a procurar explicação pra'quele processo, a partir dali eu fui estudar o marxismo.

A partir dessa resposta e do uso dos adjetivos “revoltado” e “choroso”, percebe-se uma reação à ruptura democrática: uma sensação de tristeza profunda, indignação e o impulso de agir para compreender e mudar a situação política nacional.

À luz disso, ao analisarmos os depoimentos, é fundamental considerar as complexidades da memória. Como destaca Pollak (1992, p. 204):

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

Dessa maneira, depreende-se que o relato dos depoentes não corresponde exatamente ao que ocorreu, mas às suas visões dos acontecimentos mediados pela memória. É importante levar em consideração também que os entrevistados obtiveram formação acadêmica e preocupação política, como ficou explícito, e já participaram da produção de um livro sobre o assunto (Nunes et al., 2004), então, nesse caso, são reduzidas as chances de as respostas serem espontâneas e narradas pela primeira vez.

Nesse viés, Verena Alberti (2005, p. 186), ao indicar formas de interpretar fontes orais, generalizações e as singularidades das narrativas, argumenta:

Quando a pesquisa de história oral pressupõe a realização de entrevistas de diversas pessoas do grupo investigado, é possível chegar a alguns padrões: experiências que se repetem, trajetórias semelhantes, usos das mesmas palavras ou expressões etc.

---

<sup>39</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)** – Entrevista com Ruy Antonio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (74min e 46seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

Dessa forma, é possível identificar alguns padrões nos depoimentos analisados: a) os estudantes não esperavam uma ruptura institucional promovida pelos militares ou qualquer outra força social; b) o golpe de Estado piorou suas condições de vida, mas não os imobilizou e, em alguns casos, foi uma motivação à participação política.

Uma variação na conclusão “a” ocorre entre os depoimentos de Pedro Galvão, no qual ele diz que não esperava pela possibilidade de uma tentativa e consumação de um golpe; e José Carvalho, que indicou acreditar na possibilidade de resistência do “dispositivo militar de Jango”, já que ninguém resiste ou acredita na resistência de um processo inexistente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho objetivou identificar, a partir de fontes orais, a interpretação dos estudantes universitários paraenses em relação ao afastamento do presidente João Goulart. Para isso, sistematizou e analisou relatos de quatro lideranças estudantis a fim de compreender as noções e percepções do movimento estudantil sobre o Golpe, realizando um recorte amostral, até então, inédito. Outra contribuição deste trabalho é o combate ao anacronismo na análise histórica. De maneira secundária, ele pode, ao identificar as visões dos estudantes de 1964, oferecer uma chave para entendermos que as pessoas que viveram nos anos 60 no Brasil não tinham experienciado diversos acontecimentos decisivos para os rumos do Brasil, como por exemplo os 21 anos de Ditadura Civil-Militar, e, por isso, a instauração de um golpe não estava no horizonte político-social, principalmente, dos sujeitos estudados.

Como Pedro Cruz Galvão de Lima deixa explícito em seu relato, esses indivíduos não faziam ideia de como se instalava uma ditadura militar; como dever social do(a) historiador(a), nos cabe compreender de maneira aprofundada esse momento e divulgá-lo, para que assim, a sociedade brasileira possa ficar vigilante na defesa da democracia combatendo qualquer forma de autoritarismo. Infelizmente, a geração posterior ao fim da Ditadura civil-militar já presenciou um golpe consumado (Napolitano, 2014, p.441) e a tentativa de outro em 2022-2023<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup><https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/confira-relatorio-e-voto-do-relator-na-denuncia-do-nucleo-1-da-pet-12100-tentativa-de-golpe-de-estado/>.

## FONTES ORAIS/AUDIOVISUAIS

FONTES, E. J. O. **Entrevistas:** João de Jesus Paes Loureiro, José Seráfico de Assis Carvalho, Pedro Cruz Galvão de Lima, Ruy Antonio Barata. **Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará** Disponível em: <https://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/2011/336?offset=20>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. História dentro da História. PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e argumento**, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009. Disponível em: <https://univ-angers.hal.science/hal-03974085/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, CNV, 2014. v. 1. Disponível em: [https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume\\_1\\_digital.pdf](https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 19 jun. 2024.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ (CEVM/PA). Angelina Anjos...[org. et al.], **Relatório Paulo Fonteles Filho** (Tomo I). Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir/Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2022.

COSTA, C.S. **Da anistia à redemocratização:** o processo de esquecimento da 5ª companhia de guardas. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15881/1/Dissertacao\\_AnistiaRedemocratizacaoProcesso.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15881/1/Dissertacao_AnistiaRedemocratizacaoProcesso.pdf). Acesso em: 08 abr. 2025.

CUNHA, R.; DA SILVEIRA, F. L. A. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras**, v. 10, n. 23, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10076>. Acesso em: 11 dez. 2024.

DREIFUSS, R. **A Conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FONTES, E. J. O. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **Opsis**, v. 14, n. 1, p. 340-360, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/28641>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FONTES, E. J. O. ALVES, D. H. R.. A UFPA e os Anos de Chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 258 - 294. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013258/2844>. Acesso em: 10 jun. 2024

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

- GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada** (5ª ed.). São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- LOZANO, J. E. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-26.
- MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.
- MATOS, J.; SENNA, A. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- NAPOLITANO, M. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WGPncXJHXXHrpMMxb3H9SFc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2016.
- NUNES, A. et. al. **1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará**. Belém: Edição dos Autores, 2004.
- PETIT, P. O golpe civil-militar, a ditadura e as e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, p. 24-37, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/111766/109777/201859>. Acesso em: 28 abr. 2024
- PETIT, P; VELARDE, J. C. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: Apoios e Resistências. **Estudos Históricos**, v. 25, p. 169-189, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/4xf4yxP7TZsfM8FzSVwPHdv/>. Acesso em 19 jun. 2024
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 12 ago. 2024.
- SANTOS, Theotonio. **Evolução Política do Brasil. Da Colônia à crise da “Nova República”** São Paulo: Expressão Popular, 2021.